

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.577 - SP (2018/0195194-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI E OUTRO(S) - RS076832  
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064  
RODRIGO VARINI MUTTI - SP335298  
FELIPE ALMGREN - SP383277  
NATHALIA SARTARELLO BARBOSA - SP344826  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE DIAS DO NASCIMENTO  
**ADVOGADOS** : MÁRIO CÉSAR BUCCI E OUTRO(S) - SP097431  
MÁRCIO RODRIGO GONÇALVES - SP293123

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

**"AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C. C. INDENIZAÇÃO E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.**

*Prestação de serviços de telefonia. Cobrança de diferença dos valores das ações adquiridas à época da aquisição de plano de telefonia. Orientações contidas no REsp nº 1033241/RS, REsp nº 1220934/RS e no REsp nº 1225166/RS, julgados sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia. Acórdão anterior divergente das referidas orientações do Colendo Superior Tribunal de Justiça que legitima o juízo de retratação previsto no então vigente artigo 543-C, § 7º, II, do CPC/1973. Recurso provido" (fl. 210 e-STJ).*

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados (fls. 243/247 e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 253/283 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 7º, 8º e 170 da Lei 6.404/76, art. 884 do Código Civil e art. 1022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que

*"(...) o caso envolve uma relevante particularidade. A parte recorrida jamais firmou contrato de participação financeira com a exponente para estes conhecidos planos de expansão da rede de telefonia. Em vez disso, firmou contrato 'por intermédio de uma empresa', ou seja, a parte recorrida firmou contrato sob a modalidade de Planta Comunitária de Telefonia (PCT) diretamente com uma construtora local.*

*(...)*

*(...) o E. TJSP, data maxima venia, incorreu em contradição e omissão ao julgar o caso em tela. O E. Tribunal a quo simplesmente ignorou e foi omissa quanto principalmente as questões, qual sejam: (a) a obscuridade ao valor da integralização a ser utilizado para o cálculo de ações, considerando que a integralização ocorreu por meio de dação em pagamento*

*da rede telefônica; e (b) a omissão em relação aos eventos societários para cálculo de eventual diferença acionária, os mesmos foram receitados.*

*(...)*

*(...) restou incontroverso nos autos, a parte recorrida firmou um contrato de Planta Comunitária de Telefonia (PCT) diretamente com um empreendedor privado (não um contrato de participação financeira com a Telesp)".*

Contrarrazões às fls. 315/320 (e-STJ).

O recurso foi admitido às fls. 323/327 (e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

A pretensão merece acolhimento no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional.

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, permaneceu silente a Corte local quanto ao requerimento de manifestação expressa acerca da legitimidade do critério de apuração de ações sob o regime PCT, nos termos dos arts. 8º e 170 da Lei nº 6.404/1976.

O não enfrentamento pela instância ordinária da matéria ventilada nos embargos de declaração e imprescindível à solução do litígio implica violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, tanto que, nos termos da Súmula nº 211/STJ, revela-se inadmissível o recurso especial que, a despeito da oposição de embargos, trate de tema não analisado pela instância local, porquanto ausente o requisito do prequestionamento.

A propósito:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. OMISSÃO QUANTO A ASPECTO FÁTICO RELEVANTE PARA O DESLINDE DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.**

*1. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questão relevante apontada em embargos de declaração que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por configurada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, devendo o recurso especial ser provido para anular o acórdão, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento"* (AgInt no AREsp 1.113.795/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em

1º/3/2018, DJe 15/3/2018).

Solução nesse sentido torna prejudicadas as demais questões suscitadas no recurso especial.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que realize novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 226/237 e-STJ, no tocante ao ponto específico das peculiaridades do contrato da Planta Comunitária de Telefonia (PCT) .

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 20 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

